

## O DISCURSO MANIFESTO JAMAIS-DITO DO MAPA: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COM PESCADORES DA BAÍA DE GUANABARA

Carla Ramôa Chaves<sup>1</sup>

### Introdução

Dentre as várias definições de mapa a mais recorrente é a de que o mapa é um objeto que constitui a representação de uma porção do espaço. Esta representação é constituída por um sistema de símbolos, criado pelo sujeito que confecciona o mapa. É dito “sistema de símbolos”, porque os símbolos “entram” a partir de informações espaciais, são organizados no mapa e “saem” desse sistema, a partir de sua leitura, a qual decifra tais códigos, de acordo com o grau de conhecimento do leitor sobre o espaço mapeado e os símbolos utilizados para a representação.

O mapa, como todo texto, possui um discurso, que, como tal, possui dois lados: o já-dito (manifesto) e o jamais-dito (oprimido). Em seu estudo sobre o saber e conhecimento, Foucault (2008) afirma que: “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito [...]’”. (FOUCAULT, 2008, p. 33).

Chamaremos o mapa do já-dito, de mapa hegemônico, que, de uma maneira geral, é confeccionado por quem detém todas as condições de realizar um mapeamento (dinheiro, poder, controle, conhecimento).

A partir da década de 1990, surge um movimento como resposta a este mapeamento hegemônico confinado a apenas um grupo. Este movimento ficou conhecido como Cartografia Social, uma espécie de cartografia subversiva, que utiliza o conhecimento da Cartografia Convencional, de maneira participativa, com o intuito de mapear o espaço vivido (CHAVES, 2011:37).

O mapeamento participativo, carro-chefe da Cartografia Social, só é possível se houver uma percepção ambiental dos habitantes de um determinado lugar sobre este. Antes disso, a percepção ambiental só é possível se existir uma ligação entre os habitantes e o espaço percebido. Para muitos geógrafos, principalmente os que possuem uma perspectiva cultural do espaço, a cultura é um elo entre o indivíduo ou grupo e seu espaço. Isto porque, creem que a configuração espacial é resultado da ação cultural, a qual imprime formas, cheias de significados, que caracterizam determinado grupo, seus hábitos culturais e suas práticas espaciais.

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve discussão sobre o “discurso manifesto” do mapa, incluindo o seu entendimento como ferramenta de conhecimento, comunicação e poder, e o resultado de um mapeamento participativo realizado com a ajuda de um grupo de pescadores da Baía de Guanabara.

Após o acidente ocorrido na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, quando vazaram 1,3 milhões de litros de óleo combustível, devido ao rompimento de um duto da Petrobras, esta decidiu reforçar sua atenção, contratando empresas que ajudassem a desenvolver planos de emergência para evitar ou reduzir os impactos causados por acidentes desta dimensão (CHAVES, 2011: 18, 88 e 89).

Com este intuito, a empresa começou a investir em mapeamentos de seus territórios, dos seus recursos socioeconômicos e biológicos, bem como de suas sensibilidades costeiras e fluviais, a derrames de óleo. Nestes mapas está o discurso manifesto já-dito de uma empresa, cujas informações contidas estão voltadas para o seu planejamento.

A partir deste fato, começamos a questionar como seria o mapa de algum grupo que tenha sofrido com algum acidente ambiental, ou seja, ver o outro lado do acidente, que não o da empresa. Através deste mapa, pudemos verificar como é a convivência deste grupo com o acidente. Portanto, uma das propostas do nosso trabalho é apresentar o que pensam as pessoas que precisam ou vivem nestes lugares, através de um mapa baseado em suas informações, enquanto viventes.

Nossa hipótese é que é possível realizar um mapeamento baseado no conhecimento local dos pescadores que vivem na Baía de Guanabara, diferente da percepção dos que usam o espaço com interesses distintos dos seus. É legítimo mostrar, através desse mapeamento, o discurso do invisível, do *jamais-dito*, tornando legíveis as informações, geralmente ocultas, de um mapa. Acreditamos que uma das maneiras de conhecer o discurso desses pescadores é realizar um mapeamento com auxílio deles próprios.

O recorte espacial é o espelho d'água da Baía de Guanabara e o limite é a linha de costa. Não nos referimos à Baía de Guanabara apenas como um estuário alimentado pelos rios que descem das serras. Consideramos a Baía como um território de ocupação e disputa.

Abordamos esta questão da disputa territorial a partir da visão dos pescadores, como resposta a uma série de mapeamentos que privilegiam a visão discursiva dos demais usuários do interior da Baía.

### **O discurso do mapa**

Quando Foucault (2008) afirma que o discurso manifesto repousa num *já-dito*, e que este é, ao mesmo tempo, um *jamais-dito*, não está referindo-se ao mapa. No entanto consideramos o mapa como um discurso e como tal, entendemos que ele é um discurso manifesto que se repousa num *já-dito*.

A observação do espaço geográfico não esconde o que está nela contido. É visto, claramente, a sua composição. Logicamente os símbolos e significados não são vistos a partir de uma mera observação, porém, o mapa hegemônico não está preocupado com isso. Tal mapa pode “esconder” estes símbolos e significados espaciais, que entendemos como o *jamais-dito*, “um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro”. (FOUCAULT, 2008, p.3).

É neste sentido que entendemos o mapa hegemônico como um discurso manifesto do *já-dito* (visível no mapa) sobre o *jamais-dito* (invisível no mapa, não representado), ou seja, se é necessário dizer uma coisa, é porque existe a sua oposição, quer dizer, se é dito o ‘sim’, é porque existe a possibilidade de se dizer o ‘não’.

Seguindo este raciocínio, como discurso, o mapa, seja hegemônico ou não, apresenta seus enunciados. Segundo Foucault (2008), o discurso é um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação [discursiva]” (FOUCAULT, 2008, p.122). Para o autor, formação discursiva é um “sistema de formação conceitual” o qual é constituído por relações entre “as regras de formação dos objetos [do discurso], das modalidades enunciativas, dos conceitos, das escolhas teóricas.” (FOUCAULT, 2008, p.72).

A partir desta ideia, consideramos aqui três enunciados do mapa: (1) mapa como conhecimento, (2) como meio de comunicação e (3) como instrumento de poder.

O mapa, como enunciado do conhecimento, contém descrito nele, informações de um determinado espaço. Informações estas que possuem um posicionamento baseado em um sistema de coordenadas, em uma determinada escala e são representadas por símbolo e cores. Estes elementos do mapa são definidos por aquele que o faz.

Como indica Lacoste (1988), a Geografia e a Cartografia sempre andaram juntas, com o intuito de registrar em cartas ou mapas o conhecimento sobre determinado espaço. No entanto, o uso destes produtos cartográficos e do conhecimento que eles forneciam, estavam sob o poder de uma “minoria dirigente”. Neste contexto, Lacoste (1988) separou a Geografia em dois: a dos Estados Maiores e a dos professores; e a diferença entre uma e outra é a forma como se utiliza este conhecimento sobre o espaço. Conforme Lacoste (1988),

a geografia dos Estados-maiores, é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimento variados de representações cartográficas e de conhecimento variados referentes ao espaço; esse saber sincrético é claramente percebido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder. (LACOSTE, 1988, p.4).

Deste modo, o conhecimento espacial, que é o geográfico, é considerado por Lacoste (1988) “um saber estratégico em mãos de uns” e os mapas “são reservados à minoria dirigente” (LACOSTE, 1988, p.17). Isto, porque, para se ter o conhecimento cartográfico (saber fazer e ler o mapa) demanda capital, para aprendê-lo através de cursos ou para contrato de profissional para fazê-lo.

Uma das características do mapa, que está inserida nesta função de representar o conhecimento geográfico, é a escolha da escala. Segundo Lacoste (1988), as únicas cartas ou mapas disponíveis para a maioria<sup>1</sup>, eram as com escalas cartográficas menores, cujas representações do mundo, são generalizadas. As cartas com escalas cartográficas maiores, mais detalhadas, ficavam em poder do que ele chama de Estado Maior. O autor cita que,

A mudança de escala é uma condição necessária, mas não suficiente, da pluralidade dos espaços de conceituação; ela é o resultado da vontade de apreender os espaços de tamanhos diferentes, na realidade. (LACOSTE, 1988, p.40)

Apropriando-se das ideias de Foucault e concordando com a proposta de Lacoste, Harley (2009) questiona a possibilidade dos mapas serem uma construção social. Realmente os mapas são “formas de saber socialmente construídas” (HARLEY, 2009, p. 2). Além disso, os mapas, por mais técnicos e neutros que pareçam, são carregados de juízo de valor. Não são “reflexos passivos do mundo dos objetos” (HARLEY, 2009, p.2). Isso quer dizer que, o conhecimento representado no mapa, além de ter um caráter social está carregado de significados dados pelo sujeito que o constrói, ou seja, não é fruto de uma observação passiva da paisagem.

Uma contribuição de Harley (2009), que faz coro ao pensamento de Foucault e Lacoste, já que se referem à miopia dada de um discurso hegemônico sobre o outro excluído, é que o mapa, apesar de ser uma construção social, é um “tipo de conhecimento impessoal”. (HARLEY, 2009, p. 23). Isto é, “os mapas tendem a ‘dessocializar’ o território que eles representam. Eles favorecem a noção do espaço socialmente vazio”. (HARLEY, 2009, p.23).

Como meio de comunicação, os mapas servem não somente para representar o conhecimento geográfico, mas, também, para comunicar este conhecimento, pois esta é a função dos códigos “imagéticos, linguísticos, numéricos e temporais” (HARLEY, 2009, p.19), pois cada símbolo pode representar um código de comunicação, uma quantidade e o período em que determinado conhecimento, representado, ocorre.

O mapa como todo discurso é composto por um conjunto de enunciados que, segundo Foucault (2008), são acontecimentos que “nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p.31). Não podem ser esgotados “inteiramente” porque tais acontecimentos estão além do que se representa e estão ligados “ao campo de uma memória”, estando abertos “à repetição, à transformação, à reativação” (FOUCAULT, 2008, p.32). Isto é, o mapa representa acontecimentos que estão no campo de uma memória e que podem ser reproduzidos ou eternizados, através de sua fixação, através da sua “escrita”.

Sabemos que no contexto do mapa, um dos objetivos do mapeamento hegemônico é mapear a verdade hegemônica e tornar invisível o enunciado social do espaço, tornando-o um “espaço socialmente vazio”. Desse modo, a comunicação é feita nesse sentido, falando apenas o que se quer dizer, não tudo.

Segundo Foucault (1970), em nossa sociedade, existem alguns “procedimentos de *exclusão* [grifo de Foucault]”: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 1970, p.5).

Isso significa que muitos grupos são excluídos do discurso e o já-dito sobre o não-dito sobressai. O discurso comunicado através de algum meio, no caso o mapa, deste modo, não é transparente ou neutro. Sendo assim o discurso tem um posicionamento, o qual será revelado através da sua comunicação.

Esta opressão garante ao já-dito um poder sobre o jamais-dito. Este poder é garantido, não somente por esta opressão, mas porque aquele detém o conhecimento geográfico. Ele detém graficamente a configuração do espaço mapeado, dando visibilidade total a ele, possibilitando traçar planos sobre o mapa, em papel. No entanto, esta representação só contém coisas que interessam ao poder de dominação, descartando e ignorando o que não interessa, ou seja, a presença de grupos sociais, que ocupam e utilizam os objetos de desejo do hegemônico.

Por mais que o grupo social presente em determinado espaço tenha uma percepção sobre ele e o conheça bem, este conhecimento permanece guardado na memória, o que facilita a organização do grupo. No entanto, por outro lado, esta memória não é suficiente para que o grupo tenha controle deste espaço, no sentido de proteger e preservá-lo apenas para o seu uso.

A manutenção da memória espacial, na mente, não contribui com a fixação e com a reprodução do conhecimento espacial. A memória é importante, mas é frável. Muda com o tempo, se dissipa com o tempo.

Uma frase interessante do livro “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu<sup>2</sup> (2010) é:

Se conheces os demais e te conheces a ti mesmo, nem em cem batalhas correrás perigo; se não conheces os demais, porém te conheces a ti mesmo, perderás uma batalha e ganharás outra; se não conheces aos demais nem te conheces a ti mesmo, correrás perigo em cada batalha. (SUN, 2010, p.8).

Esta afirmação coloca em “xeque” o conhecimento daquele que possui interesse em determinado território. Conhecer “os demais”, como afirma Sun (2010)

é conhecer o sujeito e o espaço em que vive. Se o interessado em conquistar determinado território conhece a si e aos demais, não corre riscos, segundo o autor. Isso significa que, conhecer o espaço é importante não somente para quem vive nele, mas para quem tem interesses sobre ele, também.

Em sua discussão sobre Verdade e Poder, no livro a “Microfísica do poder”, Foucault (1979) afirma que:

as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. (FOUCAULT, 1979, p. 11).

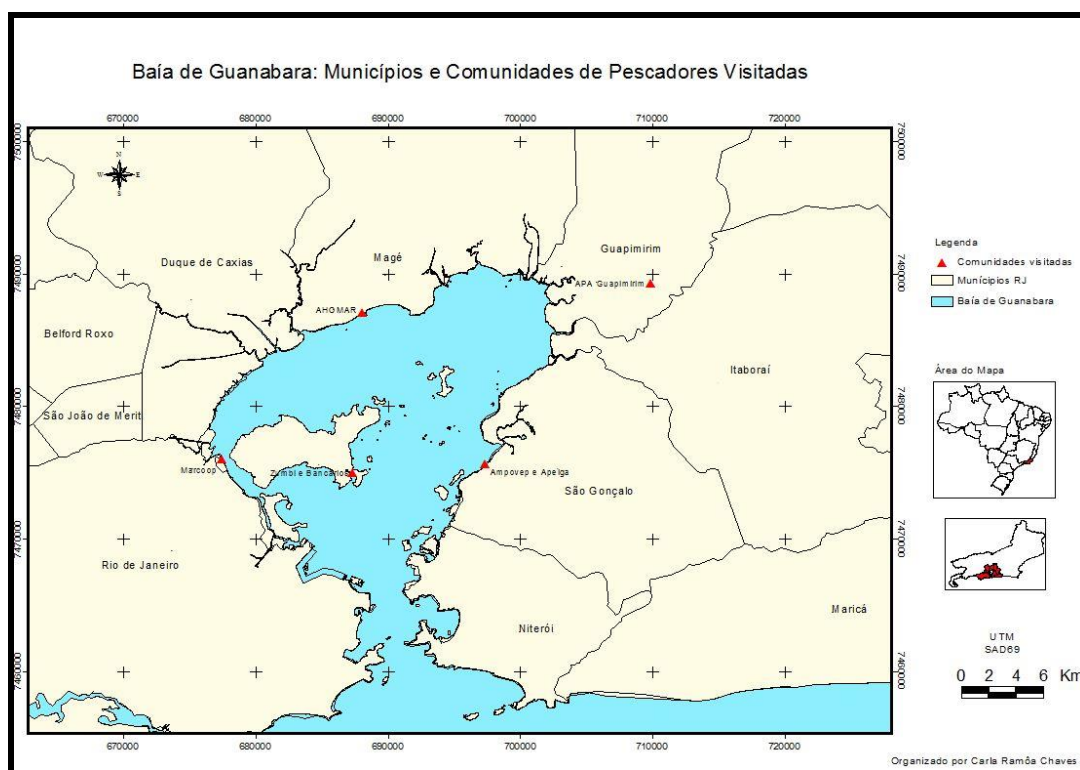
A relação entre conhecimento espacial e poder é clara. Não somente o conhecimento, mas o discurso por trás do conhecimento. A maneira como tal conhecimento é transmitido ou omitido constitui uma condição de poder.

### **A Baía de Guanabara**

A Baía de Guanabara é “um estuário originado pelo afogamento marinho de uma bacia fluvial” (AMADOR, 1997: xxv). Isto significa que a Baía, segundo seus estudos geológicos, é uma área baixa que foi “afogada” pelo avanço do mar. A Baía se localiza no Estado do Rio de Janeiro (RJ) (Figura 1), cujas cidades do seu entorno surgiram em função da sua existência.



Figura 1 – Mapa de Localização das Comunidades de Pescadores Visitadas.



Fonte: Elaborado por Chaves (2010, p. 107)

Toda a problemática socioambiental encontrada na Baía de Guanabara é explicada pela ocupação desordenada e a favelização do seu entorno. Esta ocupação desordenada e desenfreada, que é uma questão de todo o Estado do Rio de Janeiro, sobrecarrega os rios, que desembocam na Baía, de lixo, esgoto, chorume e produtos tóxicos provenientes de indústrias localizadas na bacia da Baía. Naturalmente, o papel dos rios é levar, além de água, sedimentos para o corpo d'água, o qual deságua. No entanto, além do carregamento natural dos sedimentos, estes rios, da Baía, carregam aqueles elementos que contribuem, diariamente, com a poluição da Baía de Guanabara.

Amador (1997) discorda desta explicação simplória de que a culpa da degradação socioambiental da Baía tem a ver, somente com a ocupação desorganizada do seu entorno. Para o autor a culpa é da história desastrosa da ocupação, desde a colonização.

A história da ocupação da Baía de Guanabara mostra certo descaso com este bem natural. Amador (1997) recuperou a história da ocupação da Baía de Guanabara, pesquisando documentos históricos desde os primórdios da colonização do Brasil. Além disso, recuperou a pré-história da Baía, através de estudos geológicos em sítios arqueológicos, como os Sambaquis. A recuperação histórica e pré-histórica não só foi da ocupação humana, mas, também, da geomorfologia da Baía. Neste estudo, o autor percebeu que a superfície da Baía perdeu muito espaço devido aos aterros, frutos da urbanização da cidade do Rio de Janeiro e da ampliação do terreno, para ocupação agrícola, em outras cidades. Este aterro, somado aos assoreamentos naturais e artificiais da Baía, serão, segundo seus estudos, responsáveis pela “morte” da Baía de Guanabara daqui a 130 anos.

Segundo Amador (1997), a Baía sempre foi ocupada por populações primitivas que eram “povos coletores, caçadores, pescadores e agricultores” (AMADOR, 1997, p. 9). Em cada período geológico verificado nos estudos, percebeu-se diferenças entre os povos ocupantes, provavelmente pela evolução das técnicas, com o tempo. Quando os colonizadores chegaram à Baía de Guanabara, encontraram os índios Tamoios pertencentes à Nação Tupi-Guarani. Segundo os estudos de Amador (1997), tais ocupantes eram: “caçadores e pescadores de linha, eram também exímios mergulhadores, matando peixes à flecha, quando não tinham anzóis. Com suas canoas e ubás singravam as águas da Guanabara e os rios do recôncavo.” (AMADOR, 1997, p. 202).

Com a vinda dos colonizadores (digo colonizadores, porque além dos portugueses, os franceses também tiveram uma história de ocupação na Baía de Guanabara por 5 anos, por Nicolau Durand Villegaignon e franceses chefiados por ele), a história da ocupação da Baía de Guanabara tomou outro rumo. A ocupação deixou de ser feita por povos que tinham um relacionamento de respeito com a natureza e passou a ser feita a partir de uma lógica colonial, que se estende até os dias atuais, logicamente com a denominação neoliberal, mas que, no fundo, representa a mesma lógica da acumulação de capital.

Os pescadores contemporâneos<sup>3</sup> da Baía de Guanabara, afirmam que alguns componentes desta categoria possuem descendência quilombola e indígena. Afirmam que são netos (nem todos) de índios e ex-escravos, ou que, pelo menos o pai ou a mãe possuem essa descendência.

Além da presença dos indígenas como pescadores, após o período de colonização,

a partir da metade do século XIX, pescadores portugueses e espanhóis se fixaram na área do Caju, desenvolvendo a primeira colônia de pesca brasileira. Introduziram técnicas de pesca que foram largamente difundidas. (AMADOR, 1997, p.300).

A Baía de Guanabara passou a ser utilizada, não só pelos seus antigos ocupantes, mas por pescadores portugueses, que se instalaram no seu entorno, pela marinha, como objetivo de proteger o recurso marinho pertencente ao império brasileiro, e por indústrias. Esta ocupação dá-se não só no entorno, mas também no interior da Baía.

Vemos a Baía de Guanabara a partir da sua dimensão territorial, como um espaço de disputa entre vários usuários/ocupantes, e que, em alguns estudos, são chamados, também, de atores. Esta dimensão territorial é construída a partir do poder que alguns atores possuem na projeção de suas territorialidades no espaço, em detrimento da existência das territorialidades de outros usuários, que possuem menos poder de decisão no uso da Baía de Guanabara, que nesse caso são os pescadores.

### **Os Pescadores da Baía de Guanabara**

Os pescadores da Baía de Guanabara se distribuem em associações de pescadores. Cada Associação pertence a uma colônia de pescador, dependendo da sua localização. As associações existem por haver conflitos entre os pescadores e as decisões das colônias.

Muitos pescadores ligados às suas respectivas associações de pescadores se associaram, também, à Associação de Pescadores Homens do Mar (AHOMAR), localizada na Praia de Mauá, em Magé. Esta associação é liderada por Alexandre Anderson, presidente da AHOMAR, que nos abriu as portas para o trabalho de campo e nos concedeu várias entrevistas.

Insatisfeitos com a atuação das colônias e dos órgãos de pesca existentes, como a Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro (Fapesca) e a Federação de Pescadores do Rio de Janeiro (Feperj), os pescadores se associam a AHOMAR que atualmente, segundo relatório técnico do Ministério Público Federal, constitui a entidade que melhor representa os pescadores da Baía de Guanabara. Dessa forma, os pescadores podem associar-se à Colônia, às Federações, às Associações e, ao mesmo tempo à AHOMAR.

Segundo os pescadores entrevistados, os principais ocupantes da Baía de Guanabara que restringem a sua área de pesca são a Petrobras, a Marinha, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE). Esta restrição gera um conflito, principalmente porque uma das alegações dos pescadores é que além de ter sua área de atuação reduzida, não existe um diálogo de igual para igual com os demais ocupantes, sendo suas reivindicações ignoradas.

Segundo o presidente da AHOMAR, existem aproximadamente 723 pescadores associados. Em nossa pesquisa 37 pescadores participaram das oficinas de mapeamento participativo. Estes pescadores se distribuem em 5 comunidades visitadas.

**Quadro 1 – Comunidades visitadas e quantidade de pescadores que participaram das oficinas de mapeamento participativo.**

COMUNIDADE	LOCAL	QUANTIDADE DE PESCADORES
Comunidade de pescadores Marcílio Dias (MARCOOP)	Penha/ Rio de Janeiro e Duque de Caxias/ RJ	10
Associação dos Pescadores Livres do Gradim (APELGA)	Gradim/ São Gonçalo	4
Zumbi e Bancários	Ilha do Governador/ Rio de Janeiro	7
Associação de Pescadores do Porto Velho (AMPOVEP)	Porto Velho/ São Gonçalo	6
AHOMAR	Rios Rocandor e Canal de Magé/ Magé	10

Organizado por Chaves (2011, p. 109)

Obs.: Os bairros são acompanhados pelo nome do município por extenso (Rio de Janeiro, São Gonçalo e Magé). O município de Duque de Caxias está acompanhado pela sigla do estado ao qual ele pertence (RJ). Todos os municípios citados pertencem ao Estado do RJ.

A seguir, apresentamos a metodologia utilizada nas oficinas de mapeamento participativo e, após, os resultados alcançados.

**Mapeamento participativo com os pescadores da Baía de Guanabara: metodologia e resultado**

Baseada nas diversas metodologias de mapeamentos participativos pesquisadas, a nossa metodologia de aproximação, no campo, precisou ser adaptada à realidade da problemática levantada. Conforme Acsehrad (2008), a realização do mapeamento participativo “mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele [o grupo participante] se instaura. (...), as problemáticas não são em toda parte comuns a ponto de poder sustentar uma metodologia única”. (ACSELRAD, 2008, p.40).

Deste modo, não foi possível estabelecer uma metodologia antes de iniciar os primeiros contatos em campo. A metodologia pensada inicialmente foi muito ingênua diante da problemática conhecida durante o trabalho de campo. A vivência com o grupo foi decisiva para a compreensão dos acontecimentos.

A técnica utilizada nas pesquisas de campo foi a da observação participante, cujas conversas informais foram gravadas e anotadas. Foram feitas diversas entrevistas livres, sem perguntas objetivas ou fechadas, principalmente com a liderança de uma associação de pescadores. Nem todos os pescadores presentes quiseram participar das oficinas. Muitos escolheram apenas observar. Somente consideramos aqueles que participaram da confecção dos mapas mentais.

Como afirmamos, não aplicamos questionários. Além da observação participante e das conversas informais, outro método aplicado foi o baseado nos mapas mentais, proposto por Kevin Lynch (1982), que pretende medir o grau de *imaginabilidade* do observador em relação ao objeto. A sua aplicação (Foto 1) facilitou a identificação dos enunciados que compuseram o discurso dos pescadores no nosso mapa.

Segundo Lynch (1982), a imagem do meio ambiente é um resultado bilateral entre o observador e o meio. Para o autor, no objeto real a figura mental ganha identidade e organização através de uma longa familiaridade. A esta propriedade do objeto real, Lynch (1982) chamou de *imaginabilidade*, que consiste na:

qualidade de um objecto (sic) físico que lhe dá uma probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador [...]. É essa forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente úteis no meio ambiente. (LYNCH, 1982, p. 19).

Para a aplicação do conceito de *imaginabilidade*, Lynch (1982) desenvolveu dois métodos: uma entrevista 'a um pequeno conjunto de cidadãos' e um exame da imagem ambiental dos mesmos. O método que consideramos é o da entrevista, que consiste:

essencialmente em pedir [aos cidadãos entrevistados] para desenhar um esboço da cidade, incluindo uma descrição detalhada de um número de percursos através da cidade, e, ainda, uma descrição breve das partes que o entrevistado achou mais distintivas ou vivas para a sua memória. (LYNCH, 1982, p. 153).



Foto 1: Oficinas de Mapeamento Participativo, Ilha do Governador.



Foto: Ronaldo de Almeida Freire (advogado da AHOMAR), 17/07/2010.

Este método ficou conhecido, no meio acadêmico, como “mapa mental”, sendo, ainda, bastante discutido e aplicado. O mapa mental mostra a valorização do saber local nos mapeamentos e é utilizado em estudos urbanos, com comunidades ditas tradicionais - como os indígenas, quilombolas, caiçaras entre outras comunidades que possuem uma relação mais harmônica com a natureza - bem como nas discussões da cartografia escolar, envolvendo alunos dos ensinos médio e fundamental.

Apesar de ser considerado um método alternativo e não oficial, já que não dispõe de medidas matemáticas objetivas com mínima distorção da realidade geométrica do espaço, “os mapas mentais possuem relação direta com as características do mundo real, ou, em outras palavras, não são construções espaciais meramente fantasiosas ou imagens ilusórias de lugares ou territórios” (GRANHA, 2007, p. 66).

Os mapas mentais representam aquilo que está na mente do indivíduo que o confecciona, ou seja, a forma como o indivíduo vê, percebe, imagina e lembra de determinado espaço e seus objetos. E isto não significa que está errado ou fantasioso. Significa outra forma de perceber o espaço.

Baseado nos mapas mentais, confeccionados durante as oficinas de mapeamento participativo, nas comunidades visitadas (Foto 2), identificamos os elementos que compuseram o mapa final. Estes elementos foram citados pelos pescadores, durante as oficinas. Solicitamos que os pescadores pensassem primeiramente nos pontos de referência, antes de identificarem as áreas com ou sem restrição para a pesca. Em seguida foram identificados as áreas e pontos caracterizados dessa maneira.

Foto 2: Confeção do mapa mental na oficina de Magé.



Foto: Carla Ramôa Chaves, 24/07/2010.

Antes de plotarmos as informações do conhecimento dos pescadores, vetorizamos a base cartográfica, com auxílio da imagem LANDSAT, disponível no



site da NASA. Utilizamos um recorte da imagem S-23-25\_2000, apresentada na escala 1:60.000. O programa que utilizamos para a confecção dos *shapefiles* (arquivos digitais que armazenam as feições e informações dos dados cartográficos) foi o *ArcMAP* do pacote *ArcGIS*.

Os trechos dos dutos, os trajetos das barcas e a área da APA de Guapimirim, foram traçados com o auxílio da carta náutica 1501, que contempla a Baía de Guanabara, disponível no site da marinha (<https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/index.html>), na escala 1:50.000. Além destas informações, foram extraídas da carta, as *Áreas Proibidas* para navegação, que também são áreas restritas para pesca.

A abrangência dos polígonos que representam as áreas com ou sem restrição, definidas pelos pescadores, foi traçada com base nos mapas mentais feitos em cartolina. Os pescadores definiam tal área utilizando as ilhas, os faróis, as praias e rios como referências. Deste modo, definimos os traçados seguindo a mesma lógica dos pescadores, tendo em vista a dificuldade de definir limites num espelho d'água sem o auxílio destas referências.

Os ícones foram desenhados com base nos símbolos escolhidos pelos pescadores para representar áreas e locais importantes na prática pesqueira. Utilizamos o *software Corel Draw* para confeccionar os ícones e criar uma fonte de símbolos (ttf).

Optamos por inserir toponímias somente nos locais lembrados pelos pescadores nos mapas mentais, com exceção das cidades e da Baía de Guanabara, que inserimos por convenção. Utilizamos os modelos aproximados dos apresentados no Catálogo de Símbolos do exército, de 1976, porque algumas fontes citadas neste manual não existem na nossa biblioteca de fontes disponível no sistema operacional *Windows*.

## **Resultado: Mapa Participativo dos pescadores da Baía de Guanabara e uma breve análise.**

O mapa (Figura 2) resultante da reunião de informações fornecidas pelos pescadores através de seus mapas mentais, nas oficinas de mapeamento participativo, nos mostra o quadro de ocupação da Baía de Guanabara através da perspectiva destes sujeitos.

Identificamos os seguintes elementos que compõem o mapa:

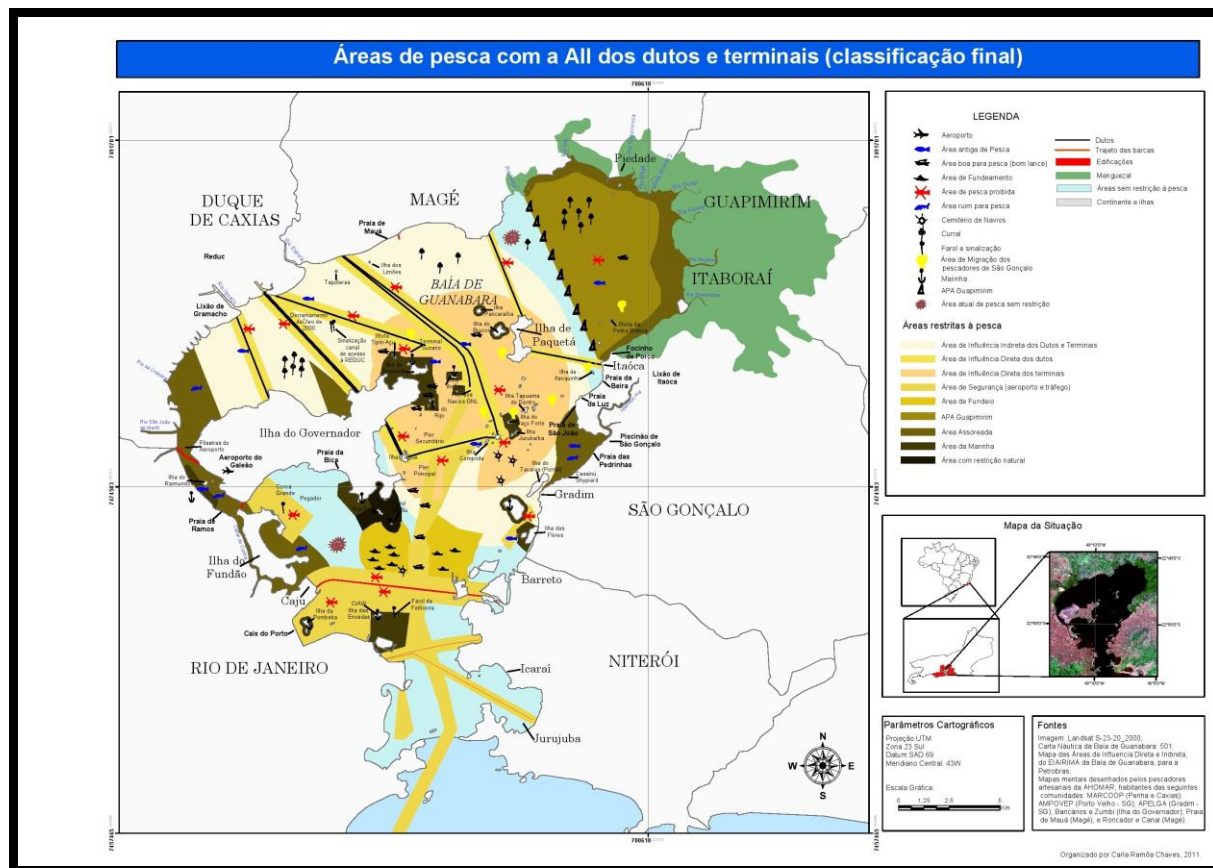
- (a) Representados por ícones: Aeroporto, Cemitério de Navios, Curral, Farol, Área de Marinha, Novas áreas de pesca descobertas pelos pescadores, Área antiga de Pesca, Área boa para pesca (bom lance), Área de Fundeamento, Área de Pesca Proibida e área ruim para pesca;
- (b) Representados por polígonos: Oceano, Continente, Área com restrição para pesca, Área sem restrição para pesca;

Nesse mapa, estão representadas as áreas com restrição à pesca, com uma classificação cromática, e as áreas de pesca, representadas por ícones, localizados pelos pescadores, em seus mapas mentais.

As áreas antigas de pesca, representadas por um peixe azul, referem-se às áreas que sempre foram livres para a pesca, mas que atualmente são restritas por vários motivos. Dentre os motivos destacam-se as restrições por serem áreas de proteção ambiental, áreas assoreadas e poluídas e as Áreas de Influência Direta (ADI) e Indireta (AII) dos dutos e terminais da indústria do petróleo, existentes na Baía.

As áreas boas para a pesca, “bom lance”, localizam-se em áreas restritas. Todos os “bons lances, segundo os pescadores, ocorrem nas áreas próximas aos terminais, no canal central da Baía e na APA. As ocorrências dos “bons lances” se explicam pela profundidade destes lugares. As maiores profundidades estão no canal central. É através do canal central que entram na Baía, junto com a água oceânica, grande quantidade de peixes de boa qualidade.

Figura 2: Mapa final, elaborado com informações obtidas durante as oficinas de mapeamento participativo.



Fonte: Elaborado por Chaves (2010, p. 148)

Próximo à Ilha do Boqueirão, que além de ser área restrita da marinha, também é área restrita do terminal da Suzano, muitos pescadores se arriscam para uma boa pesca. Há relatos de que já ocorreram mortes. Segundo os pescadores, esta área possui muito peixe porque os marinheiros jogam comida na água, atraindo algumas espécies comercialmente viáveis.

Os currais são armadilhas para peixes existentes em várias partes da Baía. O presidente da AHOMAR não aprova tal prática, mas não interfere<sup>3</sup>. Segundo ele, pescadores artesanais podem possuir currais se tiverem licença e, ao mesmo tempo, ser pescador artesanal de arrasto. Não existe um controle sobre as propriedades dos currais. Alguns pescadores artesanais, que pescam com arrasto de redes e não são proprietários de currais, reclamam que estas armadilhas danificam e rasgam suas redes.

Finalizando, as áreas de migração dos pescadores de São Gonçalo são áreas escolhidas por eles, em busca de boa pesca. As áreas próximas a São Gonçalo estão restritas por assoreamento e poluição, fundeios e cemitérios de navios, AID dos terminais das Ilhas D'água e Comprida e do Píer de Gás Natural Liquefeito (GNL).

Para solucionar a restrição sofrida, pescadores buscam novas áreas, definidas por eles, para a elaboração do mapa, como área de migração. As áreas novas de atuação são as proximidades da Ilha do Boqueirão, no interior da AID dos dutos e terminais, mais próximo do píer GNL e no interior da APA Guapimirim, mesmo sabendo das restrições. Os pescadores decidiram incluir esta informação no mapa, para mostrar o desespero na busca por uma boa pesca, mesmo que as áreas sejam oficialmente restritas. Acreditam que a revelação desta informação possa ajudar a reduzir a restrição da pesca na Baía de Guanabara.

## **Considerações Finais**

O mapa possui um discurso manifesto que repousa numa informação visível, a qual oculta às demais informações espaciais. A este mapa chamamos de mapa hegemônico.

O Mapeamento Participativo, uma das principais ferramentas da Cartografia Social, surge como resposta aos mapeamentos hegemônicos, com o objetivo de tornar o discurso de comunidades tradicionais e grupos excluídos, em discursos visíveis, através do mapa.

É possível realizar oficinas de mapeamento participativo utilizando a metodologia dos mapas mentais. Esta metodologia visa medir o grau de *imaginabilidade* de determinado indivíduo com o seu espaço vivido. Nas oficinas, os mapas foram feitos em grupo, de forma participativa.

O mapa constitui, não somente, no caso dos mapas mentais, um reflexo do conhecimento que determinado grupo tem sobre seu espaço, como também uma poderosa ferramenta de comunicação e poder.

Acreditamos que o mapa resultante das oficinas de mapeamento participativo, baseado em mapas mentais, oferece, não somente visibilidade sobre o discurso dos pescadores diante da problemática do conflito entre os ocupantes da Baía de Guanabara, mas também o poder de apresentar a sua visão do fato. Com a materialização deste discurso, em forma de mapa, existe uma maior possibilidade de argumentar com os outros ocupantes da Baía, de forma menos desigual.

## NOTAS

<sup>1</sup>Lacoste (1988) escreveu seu livro em 1976.

<sup>2</sup>Segundo o Wikipedia ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Sun\\_Tzu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sun_Tzu)), Sun Tzu foi um estrategista militar chinês e autor do livro “A arte da Guerra”, que foi escrito entre 400 a.c. e 320 a.c..

<sup>3</sup>Informação recolhida através de conversas com pescadores de Magé, durante os trabalhos de campo. Com o objetivo de conquistar a confiança, não foi aplicado nenhum questionário formal, fechado ou aberto. Muitas informações foram anotadas, sob forma de diário ou durante algum pronunciamento do presidente da AHOMAR e em outras atividades. A descrição completa do trabalho de campo está inserida na dissertação de Chaves (2011, p. 159).

## Referências

ACSELRAD, H. (org.), 2008. **Cartografias sociais e território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro.

AMADOR, E. da S. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997.

CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG/UFRJ, 2011. 185 p.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª. Ed. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber**. 7ª Ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GRANHA, G. S. P. **Explorando a cartografia no universo escolar: uma discussão para o ensino de Geografia**. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/UFRJ, 2007. 158 p.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins**, 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>. Acesso em: 26/06/2010

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª edição, 1988. Disponível em: < [http:// www .scribd. com/doc /4799781 /geografiayves – lacoste](http://www.scribd.com/doc/4799781/geografiayves-lacoste)>. Acesso em: 07/07/2010

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SUN, T. 2010. **A arte da guerra**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/artedaquerra.pdf>>. Acesso em: 29/07/2010.

---

## RESUMO

O mapa, como todo texto, possui um discurso. Pode haver vários mapas, cada qual com seu discurso, no entanto, o discurso tem dois lados. O papel de um dos lados do discurso é ocultar o discurso do outro. O mapa como discurso, constitui um instrumento de conhecimento, comunicação e poder. Geralmente, os mapas correspondem à informações referentes aos interesses de grupos hegemônicos. Na década de 1990, em resposta ao mapeamento hegemônico, surge um movimento conhecido como Cartografia Social. A principal ferramenta desta cartografia é o Mapeamento Participativo. O objetivo deste artigo é apresentar o resultado de um Mapeamento Participativo baseado na metodologia dos Mapas Mentais, realizado com pescadores da Baía de Guanabara. Após Janeiro de 2000, quando ocorreu o derrame de óleo em um dos dutos da Petrobras, esta passou a investir em mapeamentos ambientais. Os mapas resultantes possuem a perspectiva da empresa, cujos objetos representados são aqueles que interessam ao seu planejamento, nas áreas em que atuam. O papel do mapeamento participativo com os pescadores objetiva visibilizar o seu conhecimento local e o seu lado do discurso, tornando legíveis as informações geralmente ocultas em um mapa.

**Palavras-chave:** Mapa. Discurso Manifesto. Mapas Mentais. Mapeamento Participativo. Pescadores. Baía de Guanabara.

## ABSTRACT

The map, as any text has a discourse. There may be several maps, each with its discourse; however, the discourse has two sides. The role of one of the discourse side is to hide the discourse of others. The map as discourse is a tool for knowledge, communication and power. Usually, maps correspond to the information regarding the interests of hegemonic groups. In the 1990s, in response to the hegemonic mapping, appeared a movement known as Social Cartography. The main tool of this mapping is the Participatory Mapping. The purpose this paper is to present the result of a participatory mapping, based on the methodology of Mental Maps, conducted with fishermen from Guanabara Bay. After January 2000, when the oil spill occurred in one of the pipes of Petrobras (Brazilian Oil Company),

this company started to invest in environmental mapping. The resulting maps have the perspective of the company, whose objects represented are those that interested in their planning, in areas where they operate. The role of participatory mapping with fishermen is to make visible their local knowledge and your discourse side, becoming legible information often hidden in a map.

**Keywords:** Map. Manifest Discourse. Mental Maps. Participatory Mapping. Fishermen. Guanabara Bay.

---

#### Informações sobre a autora:

<sup>1</sup>Carla Ramôa Chaves - <http://lattes.cnpq.br/1697629109600880>  
Geógrafa, Mestre em Geografia – PPGG/UFRJ, Planejamento e Gestão Ambiental;  
Colaboradora do Instituto Tecgraf /PUC-RIO.  
Contato: [carla.ramoa.chaves@hotmail.com](mailto:carla.ramoa.chaves@hotmail.com)